

ANEXO V

LDO, Art. 7º, inciso VI

DISCRIMINAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DA RECEITA

RECEITAS CORRENTES

RECEITAS TRIBUTÁRIAS

IMPOSTOS

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU

1. Constituição Federal - Art. 182
2. Lei Orgânica do DF, de 1993.
3. Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966.
4. Decreto nº 16.100, de 29/11/94 e Alterações.
Consolida a legislação que institui e regulamenta o IPTU. => Revogado pelo Decreto 28.445, de 20/11/2007.
5. Lei Complementar nº 04, de 30/12/94 e alterações.
Código Tributário do DF.
6. Lei Complementar nº 10, de 11/07/96 – DODF 12/07/96 – Multas pagas com atraso.
Dispõe sobre a cobrança de multa sobre o valor de tributos pagos com atraso.
7. Lei Complementar nº 12, de 22/07/96 – DODF 23/07/96 – Juros moratórios. (Revogado)
Dispõe sobre a aplicação de juros moratória aos tributos não pagos na data do vencimento.
8. Lei Complementar nº 14, de 19/12/96 - DODF 20/12/96 – IPTU -PADES/DF.
Dispõe sobre a concessão de isenção, com prazo de duração determinado, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU incidente sobre imóveis concedidos ou alienados no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social do Distrito Federal PADES/DF.
9. Lei Complementar nº 15 de 30/12/96 – DODF 31/12/96 – Carta de Habite-se.
Dá nova redação ao inciso IV do art. 19 do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, acrescenta-lhe parágrafos e dá outras providências.

10. Lei Complementar nº 16 de 02/01/97.

Reabre o prazo de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 10, de 11 de julho de 1996, que dispõe sobre a cobrança de multa sobre o valor dos tributos pagos com atraso, e dá outras providências.

Dá nova redação ao inciso IV do art. 19 do Dec-Lei nº 82, de 26/12/66, acrescenta-lhe parágrafos, e dá outras providências.

11. Decreto nº 17.960, de 30/12/96 – DODF de 31/12/96 – Alterações.

Introduz alterações no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994 e dá outras providências.

12. Decreto nº 17.990, de 24/01/97 – DODF de 27/01/97.

Regulamenta a Lei Complementar nº 15, de 30 de dezembro de 1996.

13. Decreto nº 18.004, de 30/01/97 – DODF de 31/01/97 – Alterações.

Introduz alterações no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994 - Regulamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU, e dá outras providências.

14. Decreto nº 19.027, de 10/02/98 – DODF de 11/02/98 – Altera o Decreto nº 16.100/94.

Altera o Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamente o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências.

15. Decreto nº 19.436, de 16/07/98 – DODF de 16/07/98 – Regulamenta a Lei nº 1.170/96 – Outorga onerosa.

Regulamenta a Lei nº 1.170 de 24 de julho de 1996, que “institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no Distrito Federal” e a Lei nº 1.832, de 14 de janeiro de 1.998, que “altera a Lei nº 1170/96” e dá outras providências.

16. Decreto nº 20.023, de 1º/02/99 – DODF de 02/02/99 – Isenção IPTU/apos/pens.

Dispõe sobre o prazo para a apresentação do requerimento a que se refere o § 4º do art. 12 do Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, e dá outras providências.

17. Decreto nº 20.957, de 13/01/00 – DODF de 17/01/00 – Regulamenta a Lei nº 2.483/99 – Tratamento Tributário PRÓ-DF - § 3º do art. 6º que concede isenção do IPTU por 05 anos.

Regulamenta a Lei nº 2.483, de 19 de novembro de 1999, que estabelece o tratamento tributário para empreendimentos econômicos produtivos no âmbito do programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal - PRÓ-DF.

18. Decreto nº 22.608, de 13/12/01 – DODF de 14/12/01 – Alterações.

Regulamenta a Lei Complementar nº 377, de 4 de abril de 2001, introduzindo alterações no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, e dá outras providências.

19. Decreto nº 22.169, de 30/05/2001 – DODF de 31/05/01 – Alterações.
Introduz alteração no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências.
20. Decreto nº 23.072, de 03/07/02 – DODF de 04/07/02 - Alterações.
Introduz alteração no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994.
21. Decreto nº 24.433, de 02/03/04 – DODF de 03/03/04 – Alterações.
Introduz alteração ao Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida e regulamenta a legislação que institui o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.
22. Decreto nº 25.512, de 19/01/05 – DODF de 20/01/05 – Alterações.
Introduz alteração no Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, que regulamenta a Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, e consolida a legislação referente ao Processo Administrativo Fiscal, e dá outras providências.
23. Decreto nº 25.555, de 31/01/05 – DODF de 02/02/05 – Alterações.
Introduz alterações no Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências.
24. Decreto nº 25.959, de 21/06/05 – DODF de 22/06/05 – Alterações.
Introduz alterações no artigo 12 do Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, e dá outras providências.
25. Decreto nº 26.242, de 27/09/05 – DODF de 28/09/05 – Alterações
Introduz alterações no art. 12 do Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.
26. Decreto nº 26.527, de 13/01/06 – DODF de 16/01/06 – Alterações.
Dá nova redação ao § 9º do artigo 12 do Decreto nº 16.100, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU.
27. Lei complementar nº 726 de 06/02/2006.
Altera o art. 7º da Lei Complementar nº 4, de 30/12/94 – Código Tributário do Distrito Federal e dá outras providências.
28. Decreto nº 28.445, de 20/11/2007
Consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.
29. Decreto nº 28.817, de 29/02/08 – DODF de 03/03/08 – Altera o Decreto nº 28.445, de 20/11/2007.

30. Decreto nº 28.831, de 06/03/2008 – DODF de 07/03/2008.

Consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

31. Decreto nº 30.519, de 02/07/2009.

Altera o Dec. Nº 28.445, de 20/11/2007, que consolida a legislação que institui e regulamenta o IPTU. (3ª alteração)

32. Portaria nº 168, de 15 de julho de 2010.

Dispõe sobre procedimentos para requerer alteração de alíquota do IPTU para imóveis edificados, com utilização exclusivamente residencial.

IMPOSTO SOBRE RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA RETIDO NAS FONTES – TRABALHO

1. Artigo 153, III, da Constituição Federal.

2. Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

3. Portaria STN nº 212, de 04/06/2001.

Estabelece, para os estados, Distrito Federal e municípios, que a arrecadação do imposto descrito nos incisos I, dos artigos 157 e 158 CF, seja contabilizado como receita tributária, utilizando a classificação 1112.04.30 - Retidos nas Fontes e não mais a 1721.01.04 - Transferência de Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes (Art. 157, I e 158, I CF).

4. Portaria STN nº 300, de 27/06/2002.

Altera o Código da Natureza da Receita, previsto na Portaria STN nº 212, de 04/06/2001.

5. Medida Provisória nº 202/2004.

Altera a legislação tributária federal.

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES – IPVA

1. Lei nº 7.431, de 17/12/85.

Institui no DF o IPVA, e dá outras providências.

2. Lei nº 223, de 27/12/91.

Altera a Lei nº 7.431, de 17/12/85, que instituiu o IPVA no DF, e dá outras providências.

3. Decreto nº 13.702, de 27/12/91.
Regulamenta o IPVA.
4. Lei Orgânica do DF, de 1993.
5. Lei nº 635, de 27/12/93.
Altera a Lei nº 7.431, de 17/12/85, que institui o IPVA no DF, aprova a pauta de valor venal dos veículos para efeito de lançamento no exercício de 1994, e dá outras providências.
6. Decreto nº 16.099 de 29/11/94 - Publicado no DODF de 30/11/94 – Com alterações
7. Lei nº 812, de 20/12/94 – DODF de 29/12/94 – Isenção para veículos com tempo de uso superior a 15 anos.
Aprova a pauta de valor venal dos veículos, para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no exercício de 1995 e dá outras providências.
8. Lei nº 986, de 18/12/95 – DODF de 19/12/95
Taxa de Licenciamento e Cadastramento de que trata o art.3º Lei nº 812, de 20/12/94 – Regulamentada pelo Decreto nº 17.069, de 27/12/95 – Regulamentada pelo Decreto nº 17.069, de 27/12/95.
Aprova a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal, para efeito do lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, no exercício de 1996 e da outras providências.
9. Lei nº 1.351, de 27/12/96 – DODF de 30/12/96
Aprova a Pauta de Valores Venais dos Veículos automotores do Distrito Federal, para efeito do lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no exercício de 1997; altera a Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, e dá outras providências.
10. Decreto nº 17.958, de 30/12/96 – DODF de 31/12/96 – Alterações.
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 28 de novembro de 1994, e dá outras providências.
11. Decreto nº 17.970, 13/01/97 – DODF de 14/01/97 – Institui o cadastro de inadimplentes do IPVA.
Institui o Cadastro de Inadimplentes do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, no âmbito do Distrito Federal.
12. Decreto nº 17.986, de 22/01/97 – DODF de 23/01/97 – Alterações.
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994.
13. Lei nº 1.408, de 17/03/97.
Dispõe sobre o prazo de pagamento do IPVA relativo a veículos novos.

14. Decreto nº 18.276, de 27/05/97 – DODF de 28/05/97 – Alterações.
Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994 - Regulamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.
15. Lei nº 2.670, de 11/01/2001 – Dispõe sobre a propriedade de veículo roubado, furtado ou sinistrado, isenção e remissão.
Altera a Lei nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que instituiu no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
16. Decreto nº 24.342, de 30/12/03 – DODF de 31/12/03 – Alterações (4ª alteração).
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (4ª alteração).
17. Decreto nº 24.404, de 05/02/04 – DODF de 06/02/04 – Alterações (5ª alteração).
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (5ª alteração).
18. Decreto nº 25.191 de 06/10/04 – DODF de 07/10/04 – Alterações (6ª alteração).
Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores-IPVA (6ª alteração).
19. Decreto nº 25.512, de 19/01/05 – DODF de 20/01/05 - Dispõe que o pedido de reconhecimento de benefício fiscal relativo a tributo direto poderá ser apresentado a qualquer tempo, enquanto não expirados os prazos decadencial ou prescricional.
Introduz alteração no Decreto nº 16.106, de 30 de novembro de 1994, que regulamenta a Lei nº 657, de 25 de janeiro de 1994, e consolida a legislação referente ao Processo Administrativo Fiscal, e dá outras providências.
20. Decreto nº 26.241, de 27/09/05 – DODF de 28/09/05 – Alterações (8ª alteração).
Altera os arts. 2º e 6º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (8ª alteração).
21. Decreto nº 26.347, de 09/11/05 – DODF de 10/11/05 – Alterações (9ª alteração).
Altera o § 6º do art. 6º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores- IPVA (9ª alteração).
22. Decreto nº 26.664, de 22/03/06 – DODF de 23/03/06 – Alterações (11ª alteração).
Acrescenta o § 6º ao art. 3º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (11ª alteração).
23. Decreto nº 27.015, de 20/07/06 – DODF de 21/07/06 – Alterações (12ª alteração).

- Introduz alterações no art. 6º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (12ª alteração)
24. Decreto nº 27.295, de 04/10/06 – DODF de 05/10/06 – Alterações (13º alteração).
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (13ª alteração).
25. Decreto nº 28.030, de 11/06/07 – DODF de 12/06/07 – Alterações (14º alteração).
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (14ª alteração).
26. Decreto nº 28.638, de 27/12/07 – DODF de 28/12/07 (15ª alteração).
Introduz alterações no Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (15ª alteração).
27. Lei nº 4.071, de 27/12/07 – DODF de 28/12/07 – Suplemento A – Estabelece Pauta de Valores Venais para o IPVA.
28. Decreto nº 29.185, de 19/06/08 – DODF de 20/06/08 – (16ª Alteração).
Dá nova redação ao § 6º do artigo 3º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que “Consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA” (16ª Alteração).
29. Decreto nº 29.298, de 24/07/08 – DODF de 25/07/08 – (17ª Alteração).
Dá nova redação aos incisos I, III e parágrafo único do artigo 13 do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que “Consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA” (17ª alteração).
30. Decreto nº 29.904, de 24/12/2008 – DODF de 26/12/08 – (18ª Alteração).
Acrescenta o inciso XII ao artigo 6º do Decreto nº 16.099, de 29 de novembro de 1994, que consolida a legislação que institui e regulamenta o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. (18ª alteração).
31. Lei nº 4.459, de 28 de dezembro de 2009.
Estabelece a pauta de valores venais dos veículos automotores do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA para o exercício de 2010 e dá outras providências.
32. Edital SEF nº 01, de 1º de março de 2010 (pág. 43).
Aviso geral de lançamento do IPVA/2010.
33. Lei nº 4.267, de 23 de agosto de 2011.

Altera a Lei federal nº 7.431, de 17 de dezembro de 1985, que institui no Distrito Federal o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores e dá outras providências.

34. Lei Complementar nº 836, de 23 de agosto de 2011.

Altera o Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, que regula o Sistema Tributário no Distrito Federal dá outras providências.

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO “CAUSA MORTIS” E DOAÇÃO DE BENS E DIREITOS – ITCD

1. Constituição Federal, de 05/10/88.

2. Lei nº 10, de 29/12/88.

Institui, no DF, o ITCD, e dá outras providências.

3. Lei Orgânica do DF, de 1993

4. Decreto nº 16.116, de 02/12/94.

Regulamenta o ITCD.

5. Lei Complementar nº 04, de 30/12/94.

Código Tributário do Distrito Federal.

6. Decreto nº 16.590, de 30/06/95.

Altera o Dec. nº 16.116, de 02/12/94, que regulamenta o ITCD.

7. Decreto nº 16.939, de 14/11/95.

Altera a redação do inciso II do art. 12 do Dec. nº 16.116, de 02/12/94, que regulamenta o ITCD.

8. Decreto nº 18.772, de 30/10/97.

Introduz alterações no Dec. nº 16.116, de 02/12/94, que regulamenta o ITCD.

9. Lei Complementar nº 229, de 05/07/99.

Concede isenção do ITCD, nos casos que especifica.

10. Lei Complementar nº 353, de 09/01/00.

Altera a Lei Complementar nº 229, de 05/07/99, que “Concede isenção do ITCD, nos casos que especifica”.

11. Decreto nº 21.916, de 19/01/00.

Regulamenta a Lei Complementar nº 353, de 09/01/01, que “altera a Lei Complementar nº 229, de 05/07/99, que concede isenção do ITCD, nos casos que especifica”

12. Decreto nº 21.972, de 07/03/2001.

Regulamenta a Lei Complementar nº 353, de 09/01/01, que “altere a Lei Complementar nº 229/99, que concede isenção do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, nos casos que especifica”.

13. Requerimento de Reconhecimento de ISENÇÃO de Impostos Sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD em Inventário de Único Imóvel de pequeno Valor.

14. Decreto nº 28.384, de 25/10/2007.

Altera o Decreto nº 16.116, de 02 de dezembro de 1994, que regulamenta o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis ou Doação de Bens e Direitos - ITCD. (4ª alteração).

IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO “INTER VIVOS” DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS – ITBI

1. Constituição Federal, de 05/10/88.

2. Lei nº 11, de 29/12/88.

Institui, no DF, o ITBI, e dá outras providências.

3. Decreto nº 12.796, de 19/11/90.

Aprova o regulamento do ITBI, e dá outras providências.

4. Lei Orgânica do DF, 1993.

5. Decreto nº 15.591, de 26/04/94.

Altera o art. 19 do regulamento do ITBI, aprovado pelo Dec. nº 12.796, de 19/11/90.

6. Decreto nº 16.114, de 02/12/94.

Regulamenta o ITBI.

7. Lei Complementar nº 04, de 30/12/94.

8. Decreto nº 16.589, 03/06/95.

Altera o Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.

9. Decreto nº 17.077, 28/12/95.
Introduz alterações no Dec. nº 16.100, de 29/11/94 e no Dec. nº 16.114, de 02/12/94, e dá outras providências.
10. Decreto nº 18.771, de 30/10/97.
Introduz alterações no Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.
11. Decreto nº 19.981, de 31/12/98.
Altera o Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.
12. Lei nº 2.476, de 17/11/99
Autoriza o poder Executivo a conceder isenção dos impostos que especifica
13. Decreto nº 21.829, de 15/12/00
Regulamenta a Lei nº 2.476, de 17/11/99
14. Lei nº 2.716, de 01/06/01
Altera redação da lei nº 2.476/99, regulamentada pelo Decreto nº 21.829/00.
15. Decreto nº 27.576, de 28/12/06
Regulamenta o Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acessão Física e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI.
16. Decreto nº 28.617, de 21 de dezembro de 2007
Altera o Decreto 27.576, de 28/12/06 em seus Artigos 10 e 11. (1ª alteração)
17. Decreto nº 32.043, de 09/8/10
Altera o artigo 12, do Decreto nº 27.576, de 28 de dezembro de 2006, que regulamenta o Imposto sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acessão Física e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI.

IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS

1. Constituição Federal, de 05/10/88.
2. Anexo único ao Convênio, ICMS 66/88, de 14/12/88.
3. Lei nº 07, de 29/12/88.
Institui, no DF, o ICMS, e dá outras providências.

4. Lei Orgânica do DF, de 1993.
5. Decreto nº 15.602, de 28/04/94.
Implanta, no DF, o convênio ICMS 37/94, que dispõe sobre substituição tributária nas operações com cigarro e outros produtos derivados do fumo.
6. Decreto nº 16.102, de 30/11/94.
Consolida a legislação que institui e regulamenta o ICMS.
Alterado pelos Decretos nºs: 18.293/97 18.355/97 e 18.835/97.
7. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.
8. Lei 866, de 25/05/95.
Fixa alíquotas do ICMS.
9. Portaria nº 750, de 21 de junho de 1995.
Dispõe sobre o uso de Equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF por contribuinte do ICMS.
10. Lei nº 1.165, de 22/07/96.
Fixa alíquotas do ICMS, nas operações que especifica.
11. Lei nº 1.166, de 22/07/96.
Estabelece regime especial simplificado para apuração do ICMS nas operações de fornecimento de refeição, na forma que especifica, e dá outras providências.
12. Lei Complementar nº 87, de 13/09/96.
Dispõe sobre o imposto dos estados e do DF sobre ICMS, e dá outras providências.
13. Lei nº 1.254, de 08/11/96.
Dispõe quanto ao ICMS, e dá outras providências.
Alterado pelas Leis nºs: 1.915/98 e 1.921/98.
14. Decreto nº 17.968, de 13/01/97.
Introduz alterações no Dec. nº 16.102, de 30/11/94, regulamentando o ICMS.
15. Decreto nº 18.293, de 03/06/97.
Altera dispositivos do Dec. nº 16.102/94.
16. Decreto nº 18.355, de 24/06/97.

- Introduz alterações no Dec. nº 16.102/94.
17. Decreto nº 18.835, de 20/11/97.
Introduz alterações no Dec. nº 16.102/94, que regulamenta o ICMS.
 18. Decreto nº 18.955, de 22/12/97.
Regulamenta o ICMS. (Com suas alterações)
 19. Lei nº 1.808, de 26/12/97.
Prorroga o início de vigência do direito ao aproveitamento de crédito do ICMS.
 20. Lei nº 1.915, de 19/03/98.
Altera dispositivo do art. 18 da Lei nº 1.254, de 08/11/96, que dispõe quanto ao ICMS, e dá outras providências.
 21. Lei nº 1.921, de 01/04/98.
Dá nova redação ao § 3º do art. 49 da Lei nº 1.254, de 08/11/96, que dispõe quanto ao ICMS.
 22. Decreto nº 19.235, de 13/05/98.
Autoriza o Secretário de Fazenda e Planejamento estender disposições do regulamento do ICMS a contribuintes exclusivamente do Imposto sobre Serviços - ISS.
 23. Lei nº 2.498, de 01/12/99.
Altera o art. 18 da Lei nº 1.254, de 08/11/96, que “dispõe quanto ao ICMS”.
 24. Lei nº 2.651, de 27/12/00.
Altera a Lei nº 1.254, de 08/11/96, que “dispõe quanto ao ICMS”.
 25. Decreto nº 21.906, de 12/01/01.
Regulamenta o inciso X do artº 1º da Lei nº 2.651, de 27/12/00, e dá outras providências.
 26. Lei Complementar nº 102, de 11/07/00.
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13/09/96.
 27. Portaria nº 314, de 24/05/2002.
Dispõe sobre o regime de substituição tributária do ICMS, referente às operações internas subseqüentes com os produtos que menciona e dá outras providências.
 28. Portaria nº 583, de 26 de agosto de 2003.

Altera a portaria nº 314, de 24 de maio de 2002.

29. Portaria nº 111, de 29 de agosto de 2011.

Altera a portaria nº 750, de 21 de junho de 1995.

IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA – ISS

1. Decreto-Lei nº 82, de 26/12/66.

Regula o sistema tributário do DF, e dá outras providências.

2. Constituição Federal, de 05/10/88.

3. Lei Orgânica do DF, de 1993.

4. Lei nº 716, de 29/06/94.

Altera a Lei nº 596, de 17/11/93, fixa a alíquota do ISS, incidente na elaboração de programa para computador (software), e dá outras providências.

5. Decreto nº 15.922, de 20/09/94.

Consolida e regulamenta a legislação do ISS.

6. Decreto nº 16.128, de 06/12/94.

Consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.

Alterado pelos Decretos: 17.272/96, 17.785/96, 18.031/97, 18.294/97, 18.632/97, 19.000/98, 19.616/98 e 19.979/98.

7. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.

8. Decreto nº 17.272, de 04/04/96.

Altera a redação do inciso VI e acrescenta o § 3º ao art. 18º do Dec. nº 16.128, de 06/12/94, consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.

9. Decreto nº 17.785, de 25/10/96.

Altera dispositivos do Dec. nº 16.128, de 06/12/94, que consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.

10. Lei nº 1.355, de 30/12/96.

Dispõe sobre o regime de substituição tributária relativo ao ISS, e dá outras providências.

11. Decreto nº 18.031, de 20/02/97.

Altera dispositivos do Dec. nº 16.128, de 06/12/94, que regulamenta o ISS.

12. Decreto nº 18.294, de 03/06/97.
Altera dispositivos do Dec. nº 16.128, de 06/12/94, regulamento do ISS.
13. Lei nº 1.676, de 23/09/97.
Fixa a alíquota do ISS incidente sobre o serviço de administração de cartões de crédito.
14. Decreto nº 18.632, de 23/09/97.
Dá nova redação ao inciso I § 2º do art. 6º do Dec. nº 16.128, de 06/12/94, que consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.
15. Decreto nº 19.000, de 15/01/98.
Altera o Dec. nº 16.128, de 06/12/94, que consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.
16. Decreto nº 19.616, de 23/09/98.
Acrescenta o inciso X ao art. 46 do Dec. nº 16.128, de 06/12/94.
17. Decreto nº 19.979, de 30/12/98.
Altera o Dec. nº 16.128, de 06/12/94, que consolida a legislação que institui e regulamenta o ISS.
18. Decreto nº 25.508, DODF de 28/01/2005.
Regulamenta o ISS – (Com anexos de I a IX) - Nota Fiscal de Serviços Mod. 3-A
19. Decreto nº 26.090, DODF de 05/08/2005.
Dispõe sobre a transferência eletrônica de Fundos – TEF e dá outras providências.
20. Decreto nº 26.187, DODF de 05/09/2005.
Altera o caput do art. 14 e o inciso VIII do parágrafo único do art. 63 do Decreto nº 25.508, de 19/01/2005, que regulamenta o Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza – ISS (1ª alteração) .
21. Decreto nº 28.613, DODF de 24/12/2007.
Introduz alterações no Decreto nº 25.508, de 19 de janeiro de 2005, que regulamenta o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) (4ª alteração).
22. Lei nº 4.159, DODF de 16/06/08.
Dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica.

23. Decreto nº 29.396, DODF de 14/08/2008.
Regulamenta a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica, e dá outras providências.
24. Decreto nº 30.238, DODF de 02/04/09.
Altera o Decreto nº 29.396, de 13/08/08, que regulamenta a Lei nº 4159, de 13/12/08, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica, e dá outras providências.
25. Lei nº 4.360, de 15/07/09 – DODF de 16/07/09. Alteração na Lei nº 4.159/2008.
Altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e de serviços, nos termos que especifica.
26. Decreto nº 31.218, DE 28/12/2009.
Altera o Decreto nº 29.396, de 13 de agosto de 2008, que regulamenta a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e tomadores de serviços, nos termos que especifica, e dá outras providências.
27. Lei nº 4.444, de 21/12/09 – DODF nº 246, de 22/12/09 – Suplemento. Alteração na Lei nº 4.159/2008.
Altera a Lei nº 4.159, de 13 de junho de 2008, que dispõe sobre a criação do programa de concessão de créditos para adquirentes de mercadorias ou bens e de serviços, nos termos que especifica.
28. Decreto nº 31.427, de 16/03/2010 – Revoga o parágrafo 8º do Artigo 12 do Decreto nº 25.508, de 19/01/2005.

IMPOSTO SIMPLES

1. Lei nº 9.317, de 05/12/96.
Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, e dá outras providências.
2. Lei nº 2.510, de 29/12/99.
Institui o Regime Tributário Simplificado do DF – SIMPLES CANDANGO.
3. Lei nº 2.855, de 27/12/01
Altera a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que institui o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal – SIMPLES CANDANGO
4. Decreto nº 24.346, de 30/12/2003 – Publicado DODF – Suplemento nº 253, de 31/12/03.

5. Decreto nº 25.696, de 23/03/05 – DODF de 28/03/05 – 1ª alteração;
Introduz alterações no Decreto nº 24.346, de 30 de dezembro de 2003, que consolida a legislação que regulamenta a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - SIMPLES CANDANGO, e dá outras providências. (1ª alteração)
6. Decreto nº 26.707, de 31/03/06 – DODF de 31/03/06 – Prorroga excepcionalmente data de vencimento de imposto a ser recolhido por microempresa enquadrada no Simples Candango.
7. Lei nº 11.307, de 19/06/2006 - Altera as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, dispondo que o prazo a que se refere o seu art. 2º para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005; 10.637, de 30 de dezembro de 2002; e 10.833, de 29 de dezembro de 2003; e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 2.189-49, de 23 de agosto de 2001.
8. Decreto nº 27.575, de 28/12/06 – DODF de 29/12/06 – 2ª alteração.
Introduz alterações no Decreto nº 24.346, de 30 de dezembro de 2003, que consolida a legislação que regulamenta a Lei nº 2.510, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o Regime Tributário Simplificado do Distrito Federal - SIMPLES CANDANGO; (2ª alteração).
9. Decreto nº 28.038, de 14/06/07 – DODF de 15/06/07.
Estabelece limite de receita bruta anual para opção pelo regime especial unificado de arrecadação de tributos e contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional.
10. Decreto nº 28.063, de 26/06/07 – DODF de 27/06/07.
Institui o Comitê Distrital de Implementação da Lei Complementar nº 123, de 14/12/06 – Simples Nacional e dá providências.
11. Lei nº 11.501, de 11/07/2007.
Altera a Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996.

TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA

TAXA DE LIMPEZA PÚBLICA

1. Lei nº 6.945, de 14 de setembro de 1981 – Trata da prestação de serviços de limpeza pública, prestados aos contribuintes ou postos à sua disposição pelo Distrito Federal.
2. Decreto nº 16.090, de 28/11/94.

3. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.
4. Lei 2.853, de 27/12/01 – Trata da revogação da alínea B do parágrafo único do artigo 2º da Lei nº 6.945 de 14/09/81.
4. Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008 – Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.
5. Decreto nº 30.036, de 09/02/2009 – Regulamenta a cobrança das taxas de que trata a Lei Comp. nº 783, de 30 de outubro de 2008.
6. Lei nº 4285, de 26 de dezembro de 2008.

TFS e TFU

1. Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001 – Recursos Hídricos.
2. Lei Complementar nº 711, de 13 de setembro de 2005.
3. Lei Complementar nº 798, de 26 de dezembro de 2008 – Cria a Taxa de Fiscalização Sobre Serviços Públicos de Abastecimento de água e Esgotamento Sanitário – TFS e a Taxa de fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos – TFU e dá outras providências.

TAXA DE EXPEDIENTE

1. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.
2. Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008 – Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.
3. Decreto nº 30.036, de 09/02/2009 – Regulamenta a cobrança das taxas de que trata a Lei Comp. nº 783, de 30 de outubro de 2008.
4. Lei Complementar nº 832, de 09/05/2011 – Altera a Lei Complementar nº 4 de 30/12/1994.

TAXA DE FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTO – TFE

1. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94;
2. Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008 – Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.
3. Decreto 30.036, de 09/02/2009 – Regulamenta a cobrança das taxas de que trata a Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008.

TAXA DE EXECUÇÃO DE OBRAS – TEO

1. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94;
2. Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008 – Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.
3. Decreto 30.036, de 09/02/2009 – Regulamenta a cobrança das taxas de que trata a Lei Complementar nº 783, de 30 de outubro de 2008.

TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

1. Lei complementar nº 004, de 30/12/94.
2. Lei Complementar nº 10, de 11/07/96 – DODF de 12/07/96.
Dispõe sobre a cobrança de multa sobre o valor de tributos pagos com atraso.
3. Lei Complementar nº 54, de 30/12/97 – DODF de 31/12/97.
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, e do Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966.
4. Lei Complementar nº 264, de 14/12/99 – DODF de 23/12/99.
Dá nova redação ao art. 4º da Lei Complementar nº 004, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal, e institui as taxas que especifica e dá outras providências.
5. Lei Complementar nº 336, de 06/11/00 – DODF de 07/11/00.
Altera o art. 4º do Código Tributário do Distrito Federal – Lei Complementar nº 004, de 30 de dezembro de 1994, e institui as taxas que especifica.
6. Lei Complementar nº 673, de 27/12/02 – DODF de 30/12/02.
Altera Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências.
7. Lei Complementar nº 698, de 02/08/04 – DODF de 10/08/04, republicada no DODF de 01/10/04 - Efeitos a partir de janeiro de 2005.
Altera dispositivos da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002
8. Lei Complementar nº 699, de 30/09/04 – DODF de 01/10/04 - Efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005.
Altera a redação do § 2º do art. 4º-A do Código Tributário do Distrito Federal – Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.
9. Lei Complementar nº 708, de 03/05/05 – DODF de 04/05/05 – Alterações.
Introduz alterações na Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994 – Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências.
10. Lei Complementar nº 712, de 09/12/05 – DODF de 12/12/05 – Alterações.

Acrescenta o parágrafo único ao art. 31 da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que institui o Código Tributário do Distrito Federal.

11. Lei Complementar nº 726, de 06/02/06 – DODF de 09/02/06 – Alterações.
Altera o art. 7º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994 – Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências.
12. Lei Complementar nº 727, de 20/04/06 – DODF de 04/05//06 – Alterações.
Dá nova redação ao Capítulo IV e ao art. 28 da Lei Complementar nº 264, de 14 de dezembro de 1999, que “Dá nova redação ao art. 4º da Lei Complementar nº 004, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal, e institui as taxas que especifica e dá outras providências”.
13. Lei Complementar nº 749, de 26/12/07 – DODF de 27/12/07 – Alterações.
Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, que institui o “Código Tributário do Distrito Federal” e dá outras providências.
14. Lei Complementar nº 783, de 30/10/08 – DODF de 31/10/08 – Alterações.
Altera o art. 4º da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal, e dá outras providências.
15. Lei Complementar nº 810, de 15/07/09 – DODF de 16/07/09 – Alterações.
Altera o § 5º do artigo 61 da Lei Complementar nº 04, de 30 de dezembro de 1994, Código Tributário do Distrito Federal.
16. Lei Complementar nº 832, de 09/05/11 – DODF de 10/05/11 – Alterações

CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

1. Lei Complementar nº 673, de 27/12/2002.
2. Decreto nº 23.499, de 30/12/2002.
3. Decreto nº 24.324, de 29/12/03 – DODF de 30/12/03.
Altera o Decreto nº 23.499, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública – CIP.
4. Decreto nº 25.244, de 20/10/04 – DODF de 21/10/04.
Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 23.499, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública - CIP (2ª alteração).
5. Decreto nº 25.535, de 25/01/05 – DODF de 27/01/05.
Introduz alterações no Decreto nº 23.499, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública - CIP. (3ª alteração)

6. Lei Complementar nº 706, de 18/03/2005.
Altera as Leis Complementares nº 336, de 6/11/00 e nº 615, de 9/7/02;
7. Lei nº 3.729, de 30/12/05 – Fica assegurada aos templos de qualquer confissão religiosa isenção da Contribuição de Iluminação Pública, de que trata o art. 4º-A da Lei Complementar nº 4, de 30 de dezembro de 1994.
Fixa os valores para efeito do lançamento da Contribuição de Iluminação Pública - CIP, relativo ao exercício de 2006, na forma do Anexo Único a esta Lei.
8. Decreto nº 26.974, de 04/07/06 – DODF de 05/07/06.
Introduz alterações no Decreto nº 23.499, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar n.º 673, de 27 de dezembro de 2002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública - CIP. (4ª alteração)
9. Decreto nº 29.263, de 10/7/08 – DODF de 11/7/08.
Altera o § 1º do artigo 6º do Decreto nº 23.499, de 30 de dezembro de 2002, que regulamenta a Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, que institui a Contribuição de Iluminação Pública - CIP, e dá outras providências. (5ª alteração).
10. Decreto nº 31.236, de 08 de janeiro de 2010.
Fixa os valores mensais para efeito de cobrança da Contribuição de Iluminação Pública – CIP relativa ao exercício de 2010.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

1. Lei nº 8.212, de 24/07/91.
Lei de seguridade social.
2. O.C. nº 026/92-SEFP, de 27/05/92.
3. Instrução Normativa nº 07/94-SRH/SEA.
4. Lei nº 1.617, de 18/08/97.
Declara de utilidade pública as entidades filantrópicas particulares sem fins lucrativos do DF, e dá outras providências.
5. Lei nº 9.528, de 10/12/97.
Altera dispositivos das Leis nºs 8.213 e 8.213, ambas de 24/07/91, e dá outras providências.
6. Lei nº 9.639, de 25/05/98.
Dispõe sobre a amortização e parcelamento de dívidas oriundas de contribuições sociais e outras importâncias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24/07/91, e dá outras providências.

7. Lei nº 9.701, de 17/11/98.

Dispõe sobre a base de cálculo da contribuição para o PIS devidas pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24/07/91, e dá outras providências.

8. Lei Complementar nº 769, de 30/06/08.

Reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências.

9. Lei Complementar nº 790, de 05 de dezembro de 2008.

Altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências.

10. Lei Complementar nº 835, DE 14 de julho de 2011.

Altera o art. 88 da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal e dá outras providências.

RECEITA PATRIMONIAL

RECEITAS IMOBILIÁRIAS

BANCAS DE JORNAIS

1. Lei nº 4.545, de 10/12/64.

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do DF, e dá outras providências.

2. Decreto nº 9.086, de 02/12/85.

Aprova o regulamento do serviço de bancas de jornais e revistas e áreas anexas no DF.

3. Decreto nº 12.178, de 31/01/90.

Dá nova redação aos arts. 2º, 33 e 34 do regulamento do serviço de banca de jornais e revistas e áreas anexas, aprovado pelo Dec. nº 9.086, de 02/12/85.

4. Lei nº 324, de 30/09/92.

Institui o serviço de bancas de jornais e revistas e áreas anexas no DF, e dá outras providências.

5. Decreto nº 16.071, de 22/11/94.

Regulamenta a Lei nº 324, de 30/09/92, que instituiu o serviço de bancas de jornais e revistas e áreas anexas no DF.

6. Lei nº 1.397, de 07/03/97.

Autoriza o Poder Executivo a promover a alienação de bens imóveis de propriedade do DF destinados a bancas de jornais e revistas, e dá outras providências.

7. Lei nº 4.534, de 12 de janeiro de 2011.

Regulamenta os procedimentos para renovação da concessão e permissão de bancas de jornais e revistas e área anexa e dá outras providências.

RECEITA DE TERMINAIS RODOVIÁRIO/RODOFERROVIÁRIO/METROVIÁRIO

1. Lei nº 4.545, de 10/12/64.

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do DF, e dá outras providências.

2. Decreto no 3.296, de - 30/06/76.

Dispõe sobre o recolhimento da contribuição devida pelo embarque de passageiros na estação rodoviária de Brasília, a cargo das empresas que exploram as linhas de transporte urbano e interestadual, e dá outras providências.

Revogado pelo Decreto nº 5.822, de 26/02/81.

3. Decreto nº 5.822, de 26/02/81.

Dispõe sobre o recolhimento de contribuição devida pelo embarque de passageiros na estação rodoviária de Brasília e tarifa de utilização dos terminais rodoferroviários de passageiros e estação rodoviária, pelas empresas que exploram as linhas de transporte urbano e interestadual, e dá outras providências.

4. Decreto nº 7.687, de 22/09/83.

Dispõe sobre a administração dos terminais rodoviários e rodoferroviário do DF, e dá outras providências.

Alterado pelo Decreto nº 10.665/87.

5. Decreto nº 10.665, de 21/08/87.

Dá nova redação ao art. 8º e seu § único do Dec. nº 7.687, de 22/09/83, que dispõem sobre o cálculo da contribuição pela utilização do terminal por empresa de transporte coletivo urbano.

6. Decreto nº 15.397, de 30/12/93.

Dispõe sobre a cobrança de taxa pela ocupação de espaços em áreas e logradouros públicos na Região Administrativa de Brasília, revogado pelo Dec. nº 17.079/95.

7. Decreto nº 17.079, de 28/12/95.

Dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do DF, e dá outras providências.

Alterado pelos Decretos nº 17.611/96, 19.072/98 e 19.265/98.

8. Decreto nº 17.611, de 20/08/96.

Altera o Dec. nº 17.079, de 28/12/95, que dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do DF.

9. Decreto nº 19.072, de 06/03/98.

Aprova a Instrução Normativa Técnica 1/97 do Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal – IPDF, que estabelece normas sobre a utilização de áreas públicas abrangidas pelo tombamento do conjunto urbanístico de Brasília.

10. Decreto nº 19.265, de 22/05/98.

Altera o art. 8º e o anexo I do Dec. nº 17.079, de 28/12/95, que dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do DF, e dá outras providências.

11. Portaria nº 27, de 12 de abril de 2007, publicada no DODF de 13 de abril de 2007, criou grupo de trabalho para realizar levantamento detalhado sobre a situação atual dos mencionados terminais rodoviários no Distrito Federal.

12. Portaria nº 67, de 17/07/2007 - Ocupação de Terminais Rodoviários.

Art. 1º - Fica autorizado a título precário aos atuais ocupantes dos Terminais Rodoviários e da Rodoferroviária do Distrito Federal a desenvolverem suas atividades econômicas pelo prazo de 180 (cento e oitenta).

**ALUGUEL DE CENTROS ESPORTIVOS
CENTRO POLIESPORTIVO AYRTON SENNA**

1. Lei nº 4.545, de 10/12/64.

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do DF, e dá outras providências.

2. Decreto nº 15.299, de 13/12/93.

Fixa taxa de matrícula nas escolas de esportes localizadas no Centro Desportivo Presidente Médici, e dá outras providências.

3. Lei nº 999, de 02/01/96.

Altera a denominação do Centro Poliesportivo Presidente Médici para Poliesportivo Ayrton Senna.

4. Decreto nº 18.023, de 14/02/97.

Dispõe sobre a fixação de preços das escolas de iniciação Desportiva do Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação – DEFER.

5. Decreto nº 20.179, de 23/04/99.

Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude do DF.

6. Decreto nº 21.944, de 8 de fevereiro de 2001.

Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas da Secretaria de Esporte e Lazer do Distrito Federal.

CENTRO DE CONVENÇÕES ULYSSES GUIMARÃES

1. Decreto no 31.699, de 18/05/2010. Dissolve a Empresa Brasileira de Turismo –BRASILATUR e dispõe sobre sua liquidação e sucessão; renomeia a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Distrito Federal como Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal; cria a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, a quem transfere todas as competências atinentes ao turismo; realoca na Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal a competência para organizar e promover eventos; remaneja, extingue e cria cargos públicos em comissão e de natureza especial sem aumento de despesa.

TORRE DE TELEVISÃO

1. Decreto nº 31.699, de 18/05/2010. Dissolve a Empresa Brasileira de Turismo –BRASILATUR e dispõe sobre sua liquidação e sucessão; renomeia a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Distrito Federal como Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal; cria a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, a quem transfere todas as competências atinentes ao turismo; realoca na Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal a competência para organizar e promover eventos; remaneja, extingue e cria cargos públicos em comissão e de natureza especial sem aumento de despesa.

PAVILÃO DO PARQUE DA CIDADE

1. Decreto nº 31.699, de 18/05/2010. Dissolve a Empresa Brasileira de Turismo –BRASILATUR e dispõe sobre sua liquidação e sucessão; renomeia a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Distrito Federal como Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal; cria a Secretaria de Estado de Turismo do Distrito Federal, a quem transfere todas as competências atinentes ao turismo; realoca na Secretaria de Estado de Cultura do Distrito Federal a competência para organizar e promover eventos; remaneja, extingue e cria cargos públicos em comissão e de natureza especial sem aumento de despesa.

RECEITA PELA UTILIZAÇÃO DE ESPAÇO EM LOGRADOUROS PÚBLICOS E USO DE ÁREA PÚBLICA

1. Decreto nº 10.923, de 18/11/87.
Dispõe sobre a utilização de espaços em logradouros públicos do DF.
2. Decreto nº 15.397, de 30/12/93.
Dispõe sobre a cobrança de taxa pela ocupação de espaços em áreas e logradouros públicos na região administrativa de Brasília.
3. Decreto nº 15.827, de 08/08/94.
Dispõe sobre a cobrança de taxa pela ocupação de espaços às margens das rodovias do DF.

4. Decreto nº 16.959, de 22/11/95.
Dispõe sobre a utilização ou uso de áreas públicas do DF, e dá outras providências.
5. Decreto nº 17.079, de 28/12/95.
Dispõe sobre a cobrança de preço público pela utilização de áreas públicas do DF, e dá outras providências.
6. Lei nº 1.006, de 10/01/96.
Dispõe sobre a fiscalização de vias e logradouros públicos visando a higienização das áreas urbanas do DF.
7. Decreto nº 17.279, de 12/04/96.
Altera dispositivos do Dec. nº 15.827, de 08/08/94, e dá outras providências.

Alterado pelo Decreto nº 17.611/96.

8. Decreto nº 17.611, de 20/08/96.
Revoga o § único do art.1º e altera o artº 3º do Dec. nº 17.079, de 28/12/95, acrescentando os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, e dá outras providências.
9. Lei nº 1.194, de 13/09/96.
Dispõe sobre a guarda de veículos automotores em logradouros públicos, e dá outras providências.

Alterada pela Lei nº 1.533/97.

10. Lei nº 1.533, de 08/07/97.
Altera a Lei nº 1.194, de 13/09/96, que “dispõe sobre a guarda de veículos automotores em logradouros públicos, e dá outras providências”.
11. Decreto nº 18.469, de 23/07/97.
Regulamenta a Lei nº 1.194, de 13/09/96, que dispõe sobre o controle de uso de estacionamento de veículos automotores em áreas e logradouros públicos pertencentes ao DF, com alterações efetuadas pela Lei nº 1.533, de 08/07/97.
12. Decreto nº 19.685, de 14/10/98.
Altera a redação dos arts. 5º, 9º, 11, e 13 do Dec. nº 18.469, de 23/07/97, que regulamenta a Lei nº 1.194, de 13/09/96, que dispõe sobre o controle de uso de estacionamento de veículos automotores em áreas e logradouros públicos pertencentes ao DF, com as alterações efetuadas pela Lei nº 1.533, de 08/07/97.
13. Decreto no 20.179, de 23/04/99.
Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude do DF.

OUTRAS LEGISLAÇÕES DE RECEITAS IMOBILIÁRIAS

1. Lei nº 4.545, de 10/12/64.
Dispõe sobre a reestruturação administrativa do DF, e dá outras providências.
2. Decreto nº 14.758, de 01/06/93.
Dispõe sobre a utilização de espaços em próprios do DF, que especifica, fixa preço de ocupação, e dá outras providências.
3. Decreto nº 14.811, de 28/06/93.
Dá nova redação ao art. 8º do Dec. nº 14.758, de 01/06/93, que dispõe sobre a utilização de espaços em próprios do DF, fixa preço de ocupação, e dá outras providências.
4. Lei 1.170, de 24/07/96.
Institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no DF.
5. Decreto nº 17.928, de 20/12/96.
Dispõe sobre a ocupação organização e funcionamento das lojas da Galeria dos Estados, e dá outras providências.

Alterado pelos Decretos:

18.374/97 e 18.914/97.

6. Decreto nº 18.374, de 30/06/97.
Altera o Dec. nº 17.928, de 20/12/96, que dispõe sobre a ocupação, organização e funcionamento das lojas da Galeria dos Estados, e dá outras providências.
7. Decreto nº 18.914, de 15/12/97.
Altera o Dec. nº 17.928, de 20/12/96, que dispõe sobre a ocupação, organização e funcionamento das lojas da Galeria dos Estados, e dá outras providências.
8. Lei nº 1.832, de 14/01/98.
Altera a Lei nº 1.170, de 24/07/96, que institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no DF e revogam-se os arts. 6º e 8º da Lei nº 1.170, de 24/07/96.
9. Decreto nº 19.436, de 16/07/98.
Regulamenta a Lei no 1.170, de 24/07/96, que institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no DF e Lei no 1.832, de 14/01/98, que altera a Lei no 1.170, e dá outras providências.

10. Decreto nº 20.452, de 28/07/99.

Dispõe sobre a utilização das unidades desportivas da Secretaria de Esportes e Valorização da Juventude do DF.

11. Lei nº 4.420, de 04 de novembro de 2009.

Concede remissão de débitos relativos à ocupação de área pública por permissionários de feiras, trailers, quiosques e similares, na forma que especifica.

12. Ato Declaratório nº 03, de 08 de janeiro de 2010.

13. Declara valores atualizados da cobrança de preço público pela ocupação de área pública por mobiliário urbano do tipo quiosque ou trailer, para o exercício de 2010.

14. Decreto nº 31.296, de 1º de fevereiro de 2010.

Altera o § 2º do artigo 19 e o § 1º do artigo 24 do Decreto nº 29.590, de 9 de outubro de 2008, que regulamenta a Lei Complementar nº 755, de 28 de janeiro de 2008, que define critérios para ocupação de área pública no Distrito Federal mediante concessão de direito real de uso e concessão de uso, para as utilizações que especifica.

RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS

BANCOS

1. Lei nº 4.545, de 10/12/64.

Dispõe sobre a reestruturação administrativa do DF, e dá outras providências.

2. Dec-Lei nº 82, de 26/12/66.

Regula o Sistema Tributário do DF e dá outras providências (Com alterações)

3. Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Lei das Sociedades Anônimas.

4. Decreto nº 4.906, de 16/11/79.

Regula o Fundo de Desenvolvimento do DF – FUNDEF, previsto nos art. nº 209 a 212 do Dec-Lei nº 82, de 26/12/66, e dá outras providências.

5. Decreto nº 9.220, de 30/12/85.

Dá nova redação ao art. 3º do Dec. nº 4.906, de 16/11/79.

6. Decreto nº 11.502, de 04/04/89.

Altera dispositivos do Dec. nº 4.906, de 16/11/79.

7. Lei Complementar nº 05, de 14/08/95.

Cria o Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda do DF, e dá outras providências.

8. Decreto nº 19.572, de 08/09/98.

Regulamenta a Lei Complementar nº 5, de 14/08/95, que cria o Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda – FUNSOL/DF, alterada pela Lei Complementar nº 113, de 02/07/98.

9. Decreto nº 22.245, de 06 de julho de 2000 - DODF DE 09.07.2001.

Designa membros para comporem o Comitê do Fundo de Solidariedade para Geração de Emprego e Renda FUNSOL/DF.

10. Decreto nº 32.716, de 1º de janeiro de 2011.

Dispõe sobre a estrutura administrativa do Governo do Distrito Federal e dá outras providências.

EMPRESAS

1. Decreto-Lei nº 82, de 26/12/66.

2. Decreto nº 6.404, de 15/12/76.

Lei das Sociedades Anônimas.

3. Decreto nº 9.220, de 30/12/85.

Dá nova redação ao art. 3º do Dec. nº 4.906, de 16/11/79.

4. Decreto nº 11.502, de 04/04/89.

Altera dispositivos do Dec. nº 4.906, de 16/11/79.

5. Decreto nº 17.928, de 20/12/96.

Dispõe sobre a ocupação organização e funcionamento das lojas da Galeria dos Estados, e dá outras providências. Alterado pelos Decretos: 18.374/97 e 18.914/97.

RECEITA AGROPECUÁRIA

1. Decreto nº 4.708, de 21/06/79.

Homologa o Estatuto da Fundação Zoobotânica do DF, e dá outras providências.

2. Decreto nº 20.089, de 09/03/99.
Altera o Estatuto da Fundação Zoobotânica do DF.

RECEITA INDUSTRIAL

INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO

1. Decreto nº 6.958, de 25/08/82.
Fixa novo valor para o composto orgânico industrializado pela usina de tratamento de lixo, do Serviço de Limpeza Urbana.
2. Decreto nº 13.364, de 07/08/91.
Dispõe sobre a prestação de serviço especial de remoção e disposição final de entulhos e obras, e dá outras providências.

INDUSTRIAL EDITORIAL E GRÁFICA

1. Lei nº 6.404, de 15/12/76.
Lei das Sociedades Anônimas.
2. Lei nº 9.710, de 19/11/98.
Dispõe sobre medidas de fortalecimento do sistema financeiro nacional, e dá outras providências.

RECEITA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

1. Decreto nº 15.639, de 13/05/94.
Dispõe sobre a comercialização do composto orgânico de primeira produzido pelas usinas de tratamento de lixo do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana – SLU, e dá outras providências.

RECEITA DE SERVIÇOS

1. Decreto-Lei nº 82, de 28/12/66.
2. Decreto nº 5.912, de 24/04/81.
Fixa preços para os serviços prestados pelo Instituto de Saúde do DF, e dá outras providências.
3. Decreto nº 16.317, de 08/02/95.

Revoga o Dec. nº 16.232, de 28/12/94, que revoga dispositivos do Dec. nº 15.755, de 07/07/94, que fixa tarifas para os serviços de transporte público coletivo do DF, e dá outras providências.

4. Decreto nº 16.329, de 22/02/95.

Altera a redação do art. 9º, do Dec. nº 15.755, de 07/07/94, que fixou tarifas para os serviços de transporte público coletivo do DF, e dá outras providências.

5. Lei nº 1.732 de 27/10/97.

Institui a Taxa de Segurança para eventos.

6. Decreto nº 18.995, de 09/01/98.

Regulamenta os contratos de prestação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do DF.

7. Decreto nº 19.972, de 30/12/98.

Regulamenta a cobrança de Taxa de Segurança para Eventos - TSE, instituída pela Lei nº 1.732, de 27/10/97.

8. Lei nº 2.427, de 14/07/99.

Cria o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do DF – PRÓ/DF e extingue programas de desenvolvimento econômico do DF.

9. Decreto nº 20.460, de 29/07/99.

Regulamenta a Lei nº 2.427, de 14/07/99, que cria o Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do DF – PRO/DF.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO

COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL

1. Constituição Federal, de 05/10/88.

2. Lei Orgânica do Distrito Federal, de 1993.

COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

1. Constituição Federal, de 05/10/88.

2. Lei Orgânica do Distrito Federal, de 1993.

COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL

1. Constituição Federal, de 05/10/88.

2. Art. 142 da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 1993.

COTA-PARTE DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS - ESTADOS EXPORTADORES DE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

1. Constituição Federal, de 05/10/88.

COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

1. Lei nº 4.440, de 27/10/64.

Institui o salário-educação, e dá outras providências.

2. Decreto nº 55.551, de 12/01/65.

Regulamenta a Lei nº 4.440, de 27/10/64, que institui o salário-educação, e dá outras providências.

3. Decreto-Lei nº 503, de 18/03/69.

Aprova o plano de distribuição dos recursos da quota federal do salário-educação.

4. Decreto-Lei nº 725, de 31/07/69.

Dispõe sobre a aplicação de recursos da Lei nº 4.440, de 27/10/64.

5. Decreto-Lei nº 803, de 28/08/69.

Complementa o disposto no Dec-Lei nº 725, de 31/07/69.

6. Decreto-Lei nº 987, de 21/10/69.

Altera o art. 1º do Dec-Lei nº 803, de 28/08/69.

7. Decreto nº 71.264, de 20/10/72.

Modifica dispositivos do Dec. nº 55.551, de 12/01/65, que regula a Lei nº 4.440, de 27/10/64, e dá outras providências.

8. Decreto-Lei nº 1.422, de 23/10/75.
Dispõe sobre o salário-educação.
9. Decreto nº 76.923, de 26/12/75.
Regulamenta o Dec-Lei nº 1.422, de 23/10/75, que dispõe sobre o salário-educação, e dá outras providências.
10. Decreto nº 87.043, de 22/03/82.
Regulamenta o Dec-Lei nº 1.422, de 23/10/75, que dispõe sobre o cumprimento do art. 178 da constituição por empresas e empregadores de toda natureza, mediante a manutenção do ensino de 1º grau gratuito ou recolhimento da contribuição do salário-educação.
11. Decreto nº 88.374, de 07/06/83.
Altera dispositivos do Dec. nº 87.043, de 22/03/82, que regulamenta o Dec-Lei nº 1.422, de 23/10/75, o qual dispõe sobre o cumprimento do art. 178, caput da constituição por empresas e empregadores de toda natureza, e dá outras providências.
12. Decreto nº 91.781, de 15/10/85.
Acrescenta §§ ao art. 7 do Dec. nº 87.043, de 22/03/82, que dispõe sobre a aplicação dos recursos do salário-educação.
13. Constituição Federal, de 05/10/88.
14. Decreto nº 994, de 25/11/93.
Dispõe sobre a arrecadação e a distribuição do salário-educação, previsto no § 5º do art. 212 da constituição e no Dec-Lei nº 1.422, de 23/10/75, e dá outras providências.
15. Lei nº 51, de 23/12/97.
Dispõe sobre a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério do DF, e dá outras providências.

OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO

TRANSFERÊNCIAS SOBRE A RECEITA DE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS ESPORTIVOS

1. Lei nº 8.672, de 06/07/93.
Institui normas gerais sobre desportos, e dá outras providências.
2. Decreto nº 981, de 11/11/93.
Regulamento do esporte.

3. Lei nº 9.615, de 24/03/98.
Institui normas gerais sobre desporto, e dá outras providências.
4. Decreto nº 2.574, 29/04/98.
Regulamenta a Lei nº 9.615, de 24/03/98, que institui normas gerais sobre o desporto, e dá outras providências.

TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

1. Lei nº 8.080, de 19/09/90.
Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências.
2. Lei nº 8.142, de 28/12/90.
Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde, e dá outras providências.
3. Decreto nº 1.232, de 30/08/94.
Dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do DF, e dá outras providências.
4. Decreto nº 1.651, de 28/09/95.
Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.
5. Lei nº 1.197, de 13/09/96.
Dispõe sobre a realização de exames mamográficos no Sistema Único de Saúde - SUS do DF.
6. Lei nº 1.544, de 11/07/97.
Dispõe sobre a criação da Subsecretária de Planejamento do Sistema Único de Saúde, e criação e a extinção de cargos em comissão nos quadros de pessoal do DF e da Fundação Hospitalar do DF, e dá outras providências.
7. Decreto nº 18.597, de 11/09/97.
Delega competência à Secretária de Saúde do DF para regulamentar o Sistema de Controle, Avaliação e Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde do DF/SUS-DF.
8. Decreto nº 19.007, de 23/11/98.
Homologa o regimento interno da Subsecretária de Planejamento do Sistema Único de Saúde do DF.

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS

1. Decreto-Lei nº 82, de 26/12/66.
2. Decreto-Lei nº 352, de 17/06/68.
Dispõe sobre o pagamento de débitos fiscais, e dá outras providências.
3. Decreto-Lei nº 2.316, de 23/12/86.
Introduz alterações no código tributário do DF, instituído pelo Dec-Lei nº 82, de 26 /12/66.
4. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.
5. Lei nº 860, de 13/04/95.
Dispõe sobre parcelamento dos créditos de natureza tributária e não tributária da Fazenda Pública do DF.
6. Lei Complementar nº 07, de 18/12/95.
Dispõe sobre cobrança de multa sobre o valor de tributos pagos com atraso.
7. Lei Complementar nº 10, de 11/07/96.
Dispõe sobre a cobrança de multa sobre o valor de tributos pagos com atraso.
8. Decreto nº 17.605, de 19/08/96.
Regulamenta a Lei-Complementar nº 10, de 11/07/96.

Alterado pelo Decreto nº 18.003/97.

9. Decreto nº 18.003, de 30/01/97.
Altera dispositivos do Dec. nº 17.605, de 19/08/96, que regulamentou a Lei-Complementar nº 10, de 11/07/96, e dá outras providências.
10. Lei Complementar nº 54, de 30/12/97.
Altera o dispositivos da Lei Complementar nº 04, de 30/12/94, Código Tributário do DF e do Dec-Lei nº 82, de 26/12/66, que regulamenta o Sistema Tributário do DF.

DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

1. Lei Federal nº 10.482, de 03 de julho de 2002.

Dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES

COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

1. Lei nº 41, de 13/09/89.

Dispõe sobre a Política Ambiental do DF, e dá outras providências.

2. Lei nº 7.990, de 28/12/89.

Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.

3. Lei nº 8001, de 13/03/90.

Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28/12/89, e dá outras providências.

Alterado pela Lei nº 9.433/97.

4. Lei nº 512, de 28/07/93.

Dispõe sobre as Política de Recursos Hídricos no DF, institui o Sistema de Gerenciamento integrado de Recursos Hídricos – SGIRH/DF, e dá outras providências.

5. Lei nº 9.433, de 08/01/97.

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recurso Hídrico, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13/03/90, que modificou a Lei nº 7.990, de 28/12/89.

6. Decreto nº 2.612, de 03/06/98.

Regulamenta o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, e dá outras providências.

7. Decreto nº-21.007, de 18/02/2000.

Regulamenta a outorga do direito de uso dos Recursos Hídricos no DF, e dá outras providências.

RECEITA DA DÍVIDA ATIVA

1. Decreto-Lei nº 82, de 26/12/66.

2. Decreto nº 15.098, de 08/10/93.

Dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais, e dá outras providências.

3. Lei nº 634, de 27/12/93.

Fixa a alíquota do ICMS, suspende a exigibilidade do Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos – IVVC e do Adicional do Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza – AIR, autoriza o Poder Executivo a aceitar bens em pagamento de crédito tributário, e dá outras providências.

Alterado pelo Decreto nº 15.814/94.

4. Decreto nº 15.814, de 05/08/94.

Altera o Dec. nº 15.098, de 08/10/93, que dispõe sobre o parcelamento de débitos fiscais, e dá outras providências.

5. Lei nº 769, de 23/09/94.

Altera o Dec-Lei nº 82/66, e dá outras providências.

6. Lei Complementar nº 004, de 30/12/94.

7. Lei nº 860, de 13/04/95.

Dispõe sobre o parcelamento dos créditos de natureza tributária e não tributária da fazenda pública do DF.

8. Lei nº 1.624, de 01/09/97.

Dispõe sobre o pagamento de débitos tributários das microempresas, das empresas de pequeno porte e das médias empresas, mediante dação em pagamento de materiais destinados a atender a programas do governo do DF.

9. Lei nº 1.832, de 14/01/98.

Altera a Lei nº 1.170, de 24/07/96, que institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no DF, e revogam-se os art. 6º e 8º da Lei nº 1.170, de 24/07/96.

10. Decreto nº 19.436, de 16/07/98.

Regulamenta a Lei nº 1.170, de 24/07/96, que “institui o instrumento jurídico da outorga onerosa do direito de construir no DF” e a Lei nº 1.832, de 14/01/98, que “altera a Lei nº 1.170/96”, e dá outras providências.

PLANO DE SAÚDE DOS SERVIDORES - INAS

1. Lei nº 3.831, de 14/03/2006.

Cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, e dá outras providências.

RECEITA DE CAPITAL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

1. Resolução 11, de 1994 – atos de Senado Federal.
2. Resolução nº 69, de 1995, alterada pela resolução nº 19, de 1996 e Resolução nº 117, de 1997.
3. Resoluções nº 40 e 43, de 2001, do Senado Federal

ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS

1. Lei nº 6.267, de 24/11/75.
Dispõe sobre a doação, pelo DF, de bens móveis inservíveis, antieconômicos ou ociosos.
2. Art 143, da Lei Orgânica do Distrito Federal, de 1993.

ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

1. Decreto-Lei nº 768, de 18/08/69.
Dispõe sobre a venda de imóveis residenciais de propriedade da prefeitura do DF.
2. Lei nº 5.721, de 26/10/71.
Dispõe sobre as normas relativas às licitações e alienações de bens do DF.
3. Lei nº 81, de 29/12/89.
Autoriza o DF a alienar imóveis.
4. Decreto nº 15.591, de 26/04/94.
Altera o art. 19 do regulamento do ITBI, aprovado pelo Dec. nº 12.796, de 19/11/90.
5. Decreto nº 16.114, de 02/12/94.
Regulamenta o ITBI. **Alterado pelos Decretos:16.589/95, 17.077/95, 18.771/97 e 19.981/98.**
6. Decreto nº 16.589, de 30/06/95.
Altera o Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.
7. Decreto nº 17.077, de 28/12/95.
Introduz alterações no Dec. nº 16.100, de 29/11/94, que regulamenta o IPTU e no Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.

8. Lei nº 1.397, de 07/03/97.

Autoriza o poder executivo a promover a alienação de bens imóveis de propriedade do DF destinados a bancas de jornais e revistas, e dá outras providências.

9. Lei nº 1542, de 11/07/97.

Autoriza o poder executivo a contratar financiamento com o BNDES, e dá outras providências.

10. Decreto nº 18.771, de 30/10/97.

Introduz alterações no Dec. nº 16.114, de 02/12/94, que regulamenta o ITBI.

11. Lei nº 1.765, de 13/11/97.

Autoriza o DF a alienar, por meio de permuta, os imóveis que especifica.

12. Decreto nº 19.981, de 30/12/98.

Altera o Dec. nº 16.114, de 02/12/94.

- Publicado no DODF de 05/12/94.
- Alterado pelo Decreto nº 16589, de 02/07/95 – DODF 03/07/95.
- Alterado pelo Decreto nº 17.077, de 28/12/95 – DODF 29/12/95.
- Ver a Lei Complementar nº 10, de 11/07/96 – DODF 12/07/96.
- Ver a Lei Complementar nº 12, de 22/07/96 – DODF 23/07/96.
- Alterado pelo Decreto nº 18.771, de 30/10/97 – DODF 31/10/97.
- Alterado pelo Decreto nº 19.981, de 30/12/98 – DODF 31/12/98.
- Alterado pelo Decreto nº 22.108 de 08/05/01 – DODF 09/05/01